

REESTRUTURAÇÃO URBANA GLOBAL: ANÁLISE DE PORTO ALEGRE - RS NO NOVO MODELO DE CIDADE LATINOAMERICANA

Henrique Dorneles de Castro

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFRGS

henrique.dorneles@ufrgs.br

RESUMO:

Há uma reestruturação em curso transformando o espaço urbano das metrópoles capitalistas, ao ponto de haver a necessidade de novos paradigmas e reformulação de conceitos para a análise desses espaços. A globalização econômica neoliberal, junto aos avanços tecnológicos, afeta as cidades submetidas a sua lógica de modernização capitalista. Dessa maneira, processos globais se reproduzem de maneira similar em diversas cidades. Nesse cenário, Janoschka (2002) propõe um novo modelo de cidade latino-americana. Este artigo tem como objetivo analisar as transformações urbanas na metrópole de Porto Alegre sob a ótica desse modelo de cidade. Para isso, inicialmente fazemos uma discussão sobre as principais mudanças ocorrendo nas metrópoles. Em seguida, criamos um mapa de Porto Alegre utilizando os conceitos do modelo de cidade. Analisamos então o encaixe dessa cidade nesse modelo, o que os primeiros indícios apontam positivamente, devendo ser confirmados em pesquisas posteriores.

Palavras-chave: Reestruturação Urbana, Modelo de cidade, Porto Alegre.

GT – 2: Metrópole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea

INTRODUÇÃO

Nas décadas finais do século XX e iniciais do século XXI, com a reestruturação ultraliberal, a revolução informacional e a globalização financeira (DE MATTOS, 2016), as cidades em geral, e as latino-americanas em específico, estão passando por uma série de profundas e rápidas mudanças estruturais, tais como sua base econômica, estrutura sócio-laboral, gestão do território e morfologia (MENDEZ, 2014). As mudanças contemporâneas são de tamanha amplitude e significado que a própria noção do que é cidade e urbano passa a ser questionada e posta à reflexão. Para De Mattos (2016, pág. 26), “essa metamorfose chega a provocar uma desestruturação e reestruturação da entidade até então identificada como cidade”. Num mundo de acelerada urbanização, as metrópoles assumiram o protagonismo crescente como centros de decisão e concentração das atividades e funções gestoras do sistema global, tornando-as o principal cenário das transformações econômicas recentes (HIDALGO; TRUMPER; BORSDORF, 2005).

Soares e Fedozzi (2016) trazem que é quase consenso que a urbanização planetária está em uma nova fase e, como os paradigmas e teorias utilizados para explicar as fases anteriores não servem para compreender esta, há um grande esforço por parte de vários autores a fim de compreender as características deste novo momento do processo de urbanização mundial. Entre alguns desses autores podemos citar, Ascher (2010) Borsdorf (2003), Davis (1990), Dear (2000), Dematteis (1998), De Lucio (1998) De Mattos (2006, 2010, 2014), Hidalgo, Trumper e Borsdorf (2005), Hidalgo e Janoschka (2014), Janoschka (2002, 2006, 2014, 2018), Mendez (2014), Monclús (1998), Pradilla Cobos (2014) Soares (2004, 2006), Soares e Fedozzi (2016) Soja (1998, 2008), Rufí (2003), entre outros.

Estas alterações ocorrem tanto na produção quanto na reprodução do espaço das metrópoles e até mesmo no planejamento urbano. Por estarem direta ou indiretamente ligadas ao processo de globalização, estão acontecendo de maneira bastante similar em diferentes cidades, guardadas as especificidades. “Em que pese as diferenças derivadas das trajetórias históricas e as variadas formas em que se aplicou a agenda neoliberal em cada caso, as investigações realizadas puseram em evidência certas tendências comuns” (MENDEZ, 2014, pág. 45). De Mattos (2006, 2010), identifica tendências genéricas globais, as quais estão marcando sua presença em todas as cidades inseridas estruturalmente na nova dinâmica econômica global e

explica que “mudanças produzidas nessa fase da modernização capitalista começam a transformar a organização, o funcionamento e a expansão de cada metrópole que em geral tende a seguir uma direção semelhante à observada em outras cidades em processo de globalização” (DE MATTOS, 2006, pág. 45). Ferreira (2014, pág. 29) traz que “a banalização do espaço tem se tornado cada vez mais efetiva(...) fazendo com que formas se repitam independentemente de cada cidade”¹. SOARES (2015) esquematiza as tendências apontadas por De Mattos na figura a seguir:

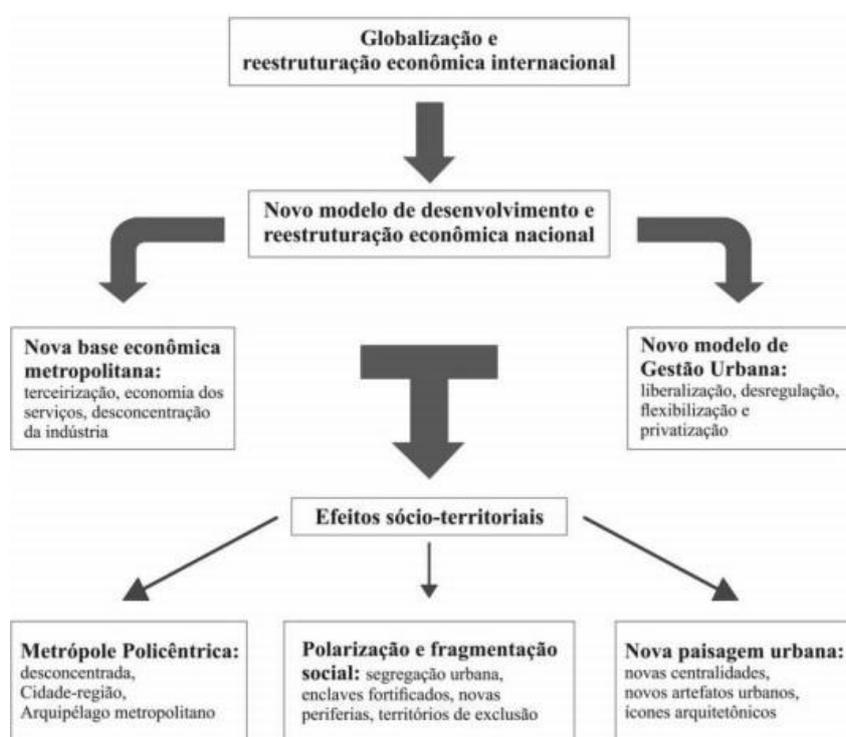


Figura 2: Esquema analítico da reestruturação metropolitana. Fonte: Soares, 2015.

As cidades latino-americanas, europeias e estadunidense, as quais foram historicamente muito diferentes entre si, começam a apresentar traços de similaridade, ainda que de maneira geral. Para Janoschka (2002, pág. 24), “(...) a cidade latino-americana se converte em uma forma urbana relativamente próxima à cidade norte-americana. Se os novos desenvolvimentos não mostram um paralelismo com outros processos observados nos EUA, sim possuem inúmeros pontos em comum”. É também nesse sentido que De Mattos (2001) afirma

¹ Ferreira (2014) refere-se especificamente à reprodução de projetos de revitalização e renovação das áreas centrais e portuários baseadas em modelos de sucesso internacional, mormente o caso de Barcelona. Contudo, acreditamos que o raciocínio possa estender-se à urbanização como um todo.

que “a cidade de corte europeu, compacta e delimitada, que havia prevalecido como referente idealizado há até não muito tempo, está dando lugar a uma imagem urbana da qual Los Angeles parece ser o paradigma mais apropriado”. Da mesma maneira, Dematteis (1996) analisa que os “modelos de suburbanização de tipo latino mediterrâneo e anglosaxão, que durante muito tempo seguiram caminhos diferentes, tendem agora a convergir a um modelo único comum em toda Europa. Janoschka (2006) explica que, na construção das cidades latino-americanas, há investimento externo e uma função urbana derivada de um produto globalmente difundido – embora o processo continue sendo fundamentalmente local.

Além desse caráter geral global, há também nesse novo momento da urbanização a manutenção e até aprofundamento de especificidades locais. Ferreira (2014, pág. 34) explica que “a maneira como a sociedade (re)produz o espaço mantém um movimento dialético do lugar ao global e de volta ao lugar”. As cidades latino-americanas em específico também sofrem transformações socioespaciais significativas e intensas, seja pela influência da nova etapa político-econômica do capitalismo global de mundialização financeira seja pelo aprofundamento das particularidades do processo de urbanização típico do continente (SOARES e FEDOZZI, 2016). Hidalgo e Janoschka (2014, pág. 11) explicam que “as diferentes velocidades de penetração capitalista implicam também uma seletiva e diferenciada adaptação das políticas urbanas, incluindo a evolução de paradigmas que estão desconectados das experiências do ‘norte global’”. Mesmo apontando tendências gerais globais, também podemos – e devemos – falar de características específicas das cidades latino-americanas, tanto aprofundando-as quanto transformando os processos que atingem as outras cidades a um modo específico do continente justamente devido a traços próprios, sendo o maior exemplo a contínua e histórica desigualdade socioespacial. É possível também interpretar essa valorização das características próprias também como um traço comum das metrópoles nessa fase da urbanização capitalista, já que elas tendem a apresentar essa espécie de resistência local aos processos globais. Um dos motivos para isso é que “o que, em princípio, deu certo em determinado local não deve ser simplesmente transposto da forma de modelo de solução para outros lugares” (FERREIRA, 2014, pág. 33), mas é exatamente o que acaba muitas vezes acontecendo.

Essas novas tendências de estruturação metropolitana não podem ser vistas, para Janoschka (2002), apenas como continuação ou intensificação de processos anteriores, dada a profundidade das mudanças. Dessa maneira, esse autor propõe um novo modelo de cidade latino-americana reproduzido a seguir, o qual busca representar de forma gráfica todos os processos

socioeconômicos e consequentes mudanças socioespaciais ocorrendo atualmente na metrópole latino-americana.

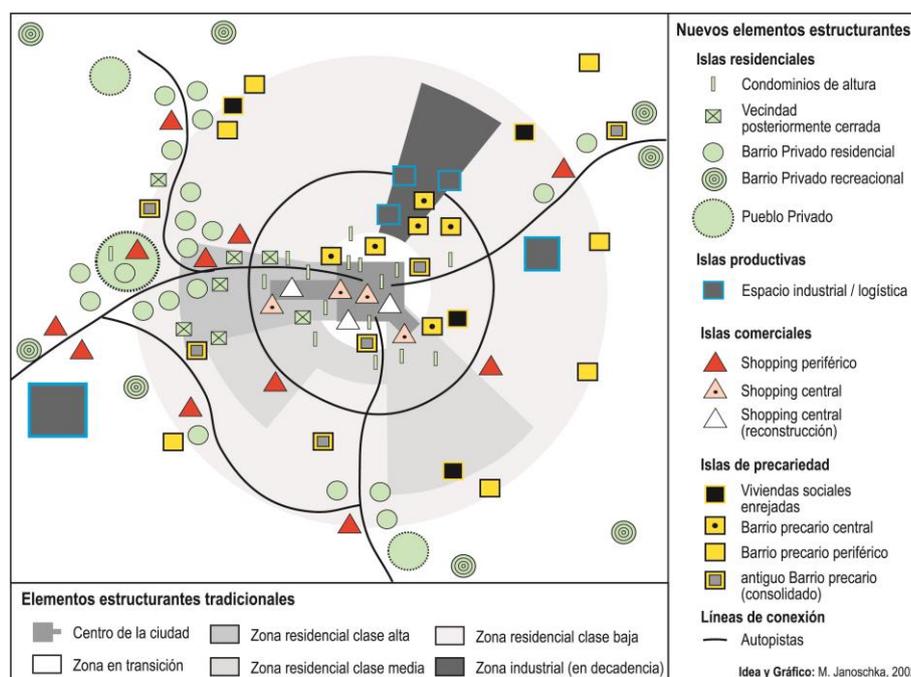


Figura 1: novo modelo de cidade latino-americana. Fonte: Janoschka, 2002.

Em Porto Alegre, as primeiras leituras e observações empíricas indicam que essas transformações globais podem estar ocorrendo nessa metrópole (SOARES, 2006; SOARES e FEDOZZI, 2016). Este artigo apresenta os primeiros desenvolvimentos da pesquisa de Doutorado que busca analisar a atual (re)produção do espaço urbano da metrópole de Porto Alegre sob a ótica do novo modelo de cidade latino-americana, compreendendo os processos socioeconômicos e consequências socioespaciais. Para isso, construímos um referencial teórico acerca dos principais processos socioeconômicos alterando as metrópoles, explicando suas causas e efeitos no espaço urbano. Após, buscamos analisar se Porto Alegre encaixa-se no novo modelo de cidade latino-americana proposto por Janoschka (2002) através da utilização de seus conceitos e aplicação de seu método no espaço urbano dessa metrópole. Isso também serve para testar essa proposição teórica frente à realidade, sempre levando em consideração que estes são resultados parciais, que ainda serão melhor analisadas à medida que a pesquisa se aprofundar.

Urbanização global: as alterações socioespaciais das metrópoles

De Mattos (2016, pág. 26) defende que estas transformações urbanas são um “componente inerente às mudanças que caracterizam o desenvolvimento capitalista a partir da crise do regime de acumulação keynesiano-fordista”. Concordamos com Ferreira (2014, pág. 42), para quem “É preciso ter em conta que cada modo de produção produziu o seu espaço e, nesse sentido, cada cidade é a materialização de um momento histórico com a sua especificidade”. Podemos então entender que o processo que leva às atuais transformações urbanas tem origens no esgotamento do fordismo na década de 1970, se consolida na década de 1990 com as políticas econômicas neoliberais que buscaram superar as limitações fordistas e aprofunda-se nos anos 2010, com o agudização para políticas ultraliberais, já que “a análise das raízes estruturais desta metamorfose urbana respalda a conclusão que elas foram geradas e aprofundadas associadas às mudanças que afetam as relações sociais ao longo do processo de desenvolvimento capitalista” (DE MATTOS, 2016, pág. 27).

As atuais mudanças socioespaciais enfrentadas pelas cidades têm origem em processos socioeconômicos, bem como retroalimentam esses. Para Ferreira (2014, pág. 41), “a partir de determinado momento, a reestruturação produtiva teve implicações junto às cidades (...)o surgimento de novos valores articulados ao tecido urbano, juntamente com novos sistemas de produção e novas realidades do mercado, contribuíram para a transformação das cidades”. De Mattos (2006, 2010, 2016) explica que essas mudanças advêm de respostas ao esgotamento do modelo de acumulação fordista keynesiano, tendo como base uma vertente tecnológica (TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação) e outra político econômica (Agenda ultraliberal), acrescentadas ainda e cada vez mais de uma vertente financeira, todas interconectadas pela processo chamado de globalização. Mendez (2014, pág. 46) concorda e sintetiza o contexto estrutural como um que possui o regime de acumulação da financeirização, as forças produtivas são as TIC, o modo de regulação o neo(ultra)liberalismo e a organização e solução espacial estão na mundialização e nas redes. Todos esses processos tem reflexos espaciais e, nas palavras de Mendez (2014, pág. 47), “trazem consigo um conjunto de transformações territoriais da quais as metrópoles foram um expoente destacado”, as quais ele apresenta no esquema reproduzido a seguir:



Figura 3: Transformações metropolitanas no capitalismo global e impacto da crise. Fonte: Mendez, 2014.

Com as mudanças econômicas, as metrópoles enfrentaram um forte processo de desindustrialização e reindustrialização seletiva. Soares (2006) explica que a crise da economia fordista levou à desindustrialização, à reestruturação e até ao desmonte da tradicional indústria fordista, que abandonou suas tradicionais localizações em favor de novas localizações distantes das deseconomias da metrópole, tais como força de trabalho organizada, infraestrutura saturada, custos de localização. As externalidade urbanas que justificam a concentração industrial no período fordista reduzem sua influência, ao passo que aumentam as deseconomias provocadas pela saturação de infraestruturas, encarecimento do solo, pressão fiscal e restrições urbanísticas (MENDEZ, 2014). Janoschka (2006) explica que graças ao investimento externo e aos baixos custos instalam-se parque industriais e logísticos suburbanos próximos às autopistas.

Dessa maneira, as plantas industriais e fabris tipicamente no núcleo da metrópole na economia fordista são desativadas, ficando muitas vezes abandonadas ou descuidadas, criando “cemitérios industriais”, migrando essa atividade para a periferia da metrópole, para outros municípios ou até mesmo para outros países. Há uma desindustrialização das áreas tradicionais levando-as à precarização e uma reindustrialização em outros lugares. Para Ainstein (2005), essa

desindustrialização massiva e reindustrialização seletiva são fatores que explicam a transformação da estrutura interna das cidades. Janoschka (2006) explica que há então uma suburbanização industrial com o novo assentamento de empresas industriais e logísticas desenvolvidas e comercializadas de maneira privada na periferia, concomitante à decadência dos lugares de produção originários da época do modelo de industrialização por substituição de importações.

Mendez (2014) pontua que a desindustrialização teve como consequências, entre outras, o reforço da especialização metropolitana em setores industriais intensivos de capital humano e conhecimento e favoreceu a concentração nas metrópoles de serviços internos a firmas industriais como engenharia, desenho, pesquisa e desenvolvimento, gestão financeira, controle de qualidade, atendimento ao cliente etc. Soares e Fedozzi (2016) explicam que uma nova economia metropolitana está se constituindo, principalmente no núcleo da metrópole, na qual tem grande importância a nova economia industrial das empresas de alta tecnologia e também os serviços avançados.

O foco da economia urbana passa então do setor secundário para o terciário, tanto pela retirada quanto pela modernização tecnológica das indústrias. Mendez (2014) explica que a desindustrialização reforçou o predomínio das atividades de comércio e serviços, com uma narrativa pós-industrial que valorizou a terciarização como uma fase mais avançada das economias metropolitanas. Nesse sentido, uma nova economia metropolitana está se constituindo, na qual a indústria já não é mais o único motor econômico, a economia de serviços é fortemente dominante (SOARES e FEDOZZI, 2016). É uma “mudança no próprio papel das cidades: a passagem de uma economia baseada na indústria para outra em que há o predomínio das atividades ligadas aos serviços e consumo” (FERREIRA, 2014, pág. 40).

Essa mudança para o setor terciário traz também em si um componente privado, pois há uma grande oferta de serviços privados e privatizados. A diminuição do Estado leva tanto à precarização dos serviços públicos, levando as classes médias e altas a recorrerem a serviços privados, quanto a uma privatização de serviços antes executados pelo poder público. Na primeira categoria, destacam-se principalmente a educação, a saúde e a segurança, nas quais as escolas e faculdades particulares, os planos de saúde e empresas privadas de seguranças passam a ser a primeira, senão a única, opção de qualidade – e, ainda assim, muitas vezes, duvidosa. Na segunda categoria, pode-se citar o abastecimento de eletricidade, água ou gás, a limpeza urbana, recolhimento de lixo, gestão de centros assistenciais e sanitários etc (MENDEZ, 2014).

Dentro da economia de serviços que marca a metrópole contemporânea, podemos identificar trajetórias diversas, caracterizando o que Mendez (2014) vai chamar de “terciarização polarizada”. Por um lado, boa parte do emprego terciário segue vinculado a serviços de consumo de baixa produtividade com muito emprego pouco qualificado e instável, havendo inclusive uma terciarização informal, sendo o provimento de maneira ilegal ou não oficial de bens e serviços básicos a uma população de renda baixa. Porém, na outra ponta temos os serviços intensivos de conhecimento, chaves para a inserção da metrópole na economia globalizada, como os serviços avançados das empresas, do setor financeiro e de seguros, a educação e a pesquisa e desenvolvimento e atividades vinculadas à cultura, todas com capital humano altamente qualificado, oferecendo emprego de qualidade e efeitos multiplicadores sobre outros setores. Ambos os polos, contudo, estão interconectados, pois o grande número de postos de trabalho com vínculos precários, temporários, pouco especializados e mal remunerados estão, de certa forma, atrelados à atividade e ao poder aquisitivo dos profissionais qualificados e especializados das atividades de negócios, de gestão e de inovação (SOARES, 2006), como por exemplo os trabalhadores da limpeza de grandes escritórios financeiros.

Enquanto as atividades produtivas das empresas são deslocadas para a periferia e/ou para outros territórios, o núcleo da metrópole reforça-se para as atividades de gestão das empresas numa economia globalizada. A maior internacionalização da economia reforça o papel da metrópole como centro de gestão econômica e territorial (SOARES, 2006), transformando as grandes cidades no foco dominante da atração dos nós e fluxos das redes transnacionais, pois possuem melhores condições para o capital em movimento, como infraestrutura, recursos humanos, inovação, etc (DE MATTOS, 2006). “A territorialização de novos grupos empresariais com escalas globais de atuação demandou também novos serviços para as empresas (agências de propaganda e marketing, escritórios de consultoria)” (SOARES, 2006, pág 138).

A presença desses grupos empresariais e dos serviços avançados demanda então a instalação e ampliação de serviços e lugares para as empresas, sendo criados novos produtos imobiliários para as atividades de comando, como edifícios e centros empresariais, muitas vezes concentrados em um ponto da cidade, criando um “centro financeiro”, discernindo-o do centro administrativo “histórico”, contribuindo para a emergência de novas centralidades:

“a construção de edifícios e/ou conjuntos de edifícios corporativos incidiu na transformação e verticalização de algumas áreas intermediárias e/ou periféricas e no

estabelecimento de novas centralidades na respectiva estrutura urbana. Quando em etapas mais avançadas das necessidades das atividades globalizadas justificaram, em algumas cidades apareceram complexo imobiliário-empresariais de grande dimensão tentando replicar modelos já consolidados no países desenvolvidos. Em alguns casos, esses mega projetos também contribuíram à formação de novas centralidades periurbanas” (DE MATTOS, 2006, pág. 64)

A dispersão urbana iniciou-se pela função da moradia, com as classes altas e em seguida as médias sendo atraídas por características das zonas mais afastadas, como tranquilidade, contato com a natureza, segurança, ao mesmo tempo em que eram repelidas por características das áreas densamente urbanizadas, como violência, poluição, estresse etc. Houve então uma explosão na criação de empreendimentos privados na periferia buscando oferecer dentro de sua área privada essas amenidades buscadas pela população. A periferia, antes relegada àqueles que não podiam arcar com os custos de morar em áreas centrais, transforma-se na principal área de atração das classes médias e altas, sendo agora caracterizada por empreendimentos privados entremeados por áreas pobres e vazios urbanos. Esse processo aprofunda-se na medida em que novos produtos são criados, como condomínios temáticos, especializados, bairros planejados etc, ao mesmo tempo que os bairros pobres continuam existindo e muitas vezes se expandido, seja de forma espontânea ou planejada pelo governo através da habitação social.

As classes médias e altas buscam então viver entre iguais, longe dos diferentes de si; dessa forma, os bairros ricos tornam-se cada vez mais homogêneos. As cidades tornam-se cada vez mais polarizadas e segregadas, porém ao mesmo tempo mais homogêneas dentro de espaços projetados para tal fim. Soares (2006) explica que, à pequena escala, há uma urbanização cada vez mais fragmentada e desigual, com territórios fraturados e incomunicáveis. Essa homogeneização interna e heterogeneização externa é acentuada ainda mais pelos novos produtos que comercializam essa separação física com a ideia, raramente presente de fato, de comunidade, como condomínios e bairros privados. De Mattos (2006, pág.54) qualifica “essas ilhas urbanas como as principais expressões da estruturação social do nosso tempo”.

Soares (2006) distingue entre urbanização dispersa e desconcentração urbana. A primeira está relacionada à moradia, à “implantação de novos assentamentos nos setores periféricos e externos das áreas metropolitanas”, enquanto o segundo refere-se às atividades

econômicas, industriais, comerciais e de serviços. Ambos, claro, contribuem para a alteração do espaço urbano e, da forma que acontecem, para a fragmentação do território.

Junto à moradia, outros serviços acompanham essa mudança das famílias para zonas mais afastadas e a novos tipos de empreendimentos. Shopping centers e centros comerciais são construídos em áreas fechadas, acompanhando e retroalimentando a expansão e/ou a fragmentação urbana. Não só isso, mas novos produtos imobiliários com funções não só de moradia, mas também de comércio, educação e saúde dentro de suas áreas fechadas surgem, possibilitando ainda mais a vida nessas áreas afastadas e/ou isoladas, pois os moradores precisam sair cada vez menos do empreendimento.

A característica da cidade fordista de ter apenas um único centro metropolitano é agora substituída pela policentralidade, ou seja, uma metrópole com vários centros. A desvalorização e precarização das áreas centrais tradicionais somadas à expansão e dispersão urbana com a explosão de mobilidade criam as condições para o surgimento de vários centros no espaço urbano, quase uma exigência dessa nova fase de urbanização. A busca por zonas de valorização leva à criação de múltiplos centros especializados e rede de informação, indústria, comércio e cultura, “novas centralidades que aparecem por fora da área tradicional da cidade” (JANOSCHKA, 2002, pág. 16). De Mattos (2006) sintetiza isso como o resultado da transição da cidade compacta para uma cidade moldada pelo entrecruzamento de redes múltiplas.

Concomitante ao processo de suburbanização há processos de revalorização de áreas centrais. As áreas abandonadas e degradadas passam a receber, de forma espontânea ou planejada, novos valores financeiros e simbólicos, com processos de renovação, revitalização e gentrificação. Como explica Ferreira (2014, pág. 40) “esse abandono agora é visto como grande possibilidade de uma nova produção do espaço”. Explica Soraes (2006, pág. 136) “que os processos internos de gentrificação e recuperação de centros urbanos recuperam áreas para o capital imobiliário e ‘trazem’ de volta ao centro atividades econômicas e grupos sociais”. Para Ferreira (2014, pág. 42), “têm se espalhado por várias cidades um “quase padrão” de renovações e revitalizações”.

Porém, esclarece o autor, esse processo não deve ser visto como um movimento de reversão à expansão periférica, mas sim como uma parte do mesmo processo, pois “o conceito formulado para explicar as coalizões de interesses que atuam nos processos de suburbanização ajusta-se, também, aos investimentos nas áreas centrais” (SOARES, 2006, pág. 136).

Os investimentos privados imobiliários passaram a ter um papel fundamental na transformação urbana, explica de Mattos (2006), devido a três motivos: mudança das características do planejamento urbano, principalmente referente ao papel e à atuação do poder público, maior mobilidade do capital transformando-o em investimento financeiro no mercado imobiliário e as estratégias de competição urbana das novas tendências de gestão urbana.

As mudanças nas características do planejamento urbano ocorreram em diversos e distintos países de maneira muito similar, como apontado em diversos estudos (HARVEY, 1989; SOUZA, 2006; BRAND, 2009; ROLNIK, 1994). Para De Mattos (2006, pág. 56) “as mudanças no planejamento urbano são um dos pilares que sustentam boa parte das transformações que caracterizam a atual revolução urbana.”

O planejamento urbano clássico, racional e intervencionista do período fordista encontra sua limitação devido à sua rigidez e às próprias mudanças do sistema capitalista, com o setor privado cada vez mais fortalecido em detrimento do poder público. Cada vez mais, as cidades voltam-se ao planejamento urbano flexível, descentralizado e com o capital privado como protagonista na produção do espaço urbano. A administração urbana passa de um enfoque gerencial, público, para um empresarial público-privado (HARVEY, 1989). O mercado passa a jogar um papel cada vez mais importante nas decisões do setor privado e também do setor público, nas formas de planejamento urbano que Souza (2006) chama de “mercadófilas”. De Mattos (2006, pág.57) resume que atualmente no planejamento urbano “consolidou-se uma situação na qual adquirem maior importância as preferências e os interesses dos proprietários e administradores do capital.”

O processo de financeirização da economia mundial contribui sobremaneira para esse atual cenário do planejamento e da produção do espaço urbano. Houve um significativo aumento dos fluxos de capital na economia globalizada, os quais muitos se voltaram para os negócios imobiliários em metrópoles com grandes taxas de crescimento urbano. De Mattos (2006) resume que a diminuição do Estado e a conseqüente diminuição do planejamento urbano público criaram as condições favoráveis para que um volume grande de capitais voláteis encontrasse no espaço urbano condições atrativas para melhorar sua valorização em diversas áreas metropolitanas em expansão.

Isso tudo é ainda mais incentivado pelas novas estratégias de atração e competitividade que as cidades vêm adotando nas novas formas de planejamento urbano atuais. Sem investimento público, focam em tornar-se interessantes para atrair investimentos privados

nacionais e internacionais, muitas vezes postos como necessários ao desenvolvimento urbano. As cidades buscam mostrar que possuem vantagens em relação a outras para atrair esses investidores, os quais são motivados por aproveitar essas condições para seus negócios imobiliários, sem necessariamente trazer algo de retorno à cidade de fato.

Surgem nas grandes cidades, dentro desses processos, artefatos arquitetônicos típicos desta urbanização capitalista, formando uma “paisagem urbana representativa da cidade globalizada (DE MATTOS, 2006, pág. 66).” Esses artefatos, esclarece de Mattos (2006), são símbolos considerados representativos da modernidade das cidades, geralmente edifícios arranha-céus, complexos empresariais globais, hotéis de luxo, muitas vezes todos no mesmo empreendimento imobiliário, quando possível, combinados com instalações artísticas, de lazer e cultura. Soares (2006) explica que os capitais financeiros e imobiliários têm como estratégia transformar a cidade em local de permanente animação cultural, seja através de projetos de revitalização ou novos produtos culturais. À medida que são implantados exitosamente em seus lugares de origem, esses empreendimentos tendem a ser reproduzidos em outras cidades, seja pelo governo ou principalmente pelas empresas multinacionais atuando na produção do espaço urbano, inserindo também essa produção cultural global em um circuito de guerra de lugares (SOARES, 2006). Isso porque “não só a escala global exerce forte papel na escala do lugar, mas a própria percepção local do fenômeno global interfere na manifestação do lugar nesse fenômeno” (FERREIRA, 2014, pág. 34).

Analisando Porto Alegre sob a ótica do novo modelo de cidade latino-americana

Janoschka (2002) define modelo estrutural de cidade como a redução de realidades parecidas com um denominador comum que se observa em diversos lugares, com a intenção de reduzir um conjunto urbano complexo, mediante a negação de parâmetros, para obter uma visão clara do mesmo. Embora a elaboração de modelos da estrutura urbana para distintos tipos culturais de cidade seja uma particularidade da geografia urbana alemã (BORSDORF, 2003) e a tradição de modelos de cidade seja da sociologia americana do início do século XX, acreditamos que a análise das transformações urbanas de Porto Alegre a partir do modelo de cidade latino-americana seja muito útil. Em que pese todas as limitações e particularidades de um modelo teórico esquemático para a apreensão da realidade urbana, a sua utilização pode trazer resultados

positivos e até necessários – sempre levando em conta o fato de ser uma simplificação de estruturas complexas.

Na imagem a seguir, são aplicados os conceitos do novo modelo de cidade latino-americana à metrópole de Porto Alegre.

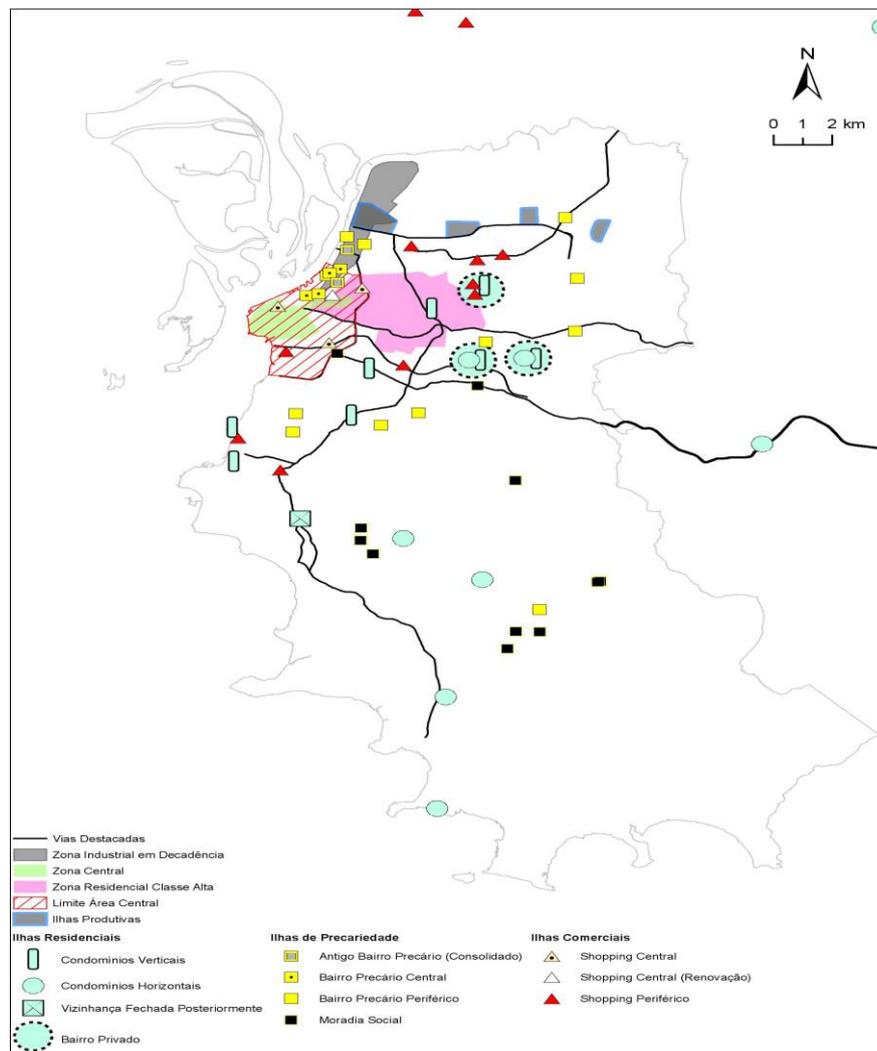


Figura 4: Porto Alegre no novo modelo de cidade latino-americana. Fonte: elaboração própria.

A desconcentração urbana com a desindustrialização da metrópole, com o antigo eixo industrial próximo ao centro transformado em zona degradada e a migração da indústria para zonas indústrias periféricas e em outras cidades é uma realidade. Segundo Soares e Fedozzi (2016, pág.183), “a desindustrialização do município de Porto Alegre redundou na dispersão da indústria pelos principais eixos de mobilidade da Região Metropolitana. As novas implantações industriais têm muito mais o caráter de enclave”. Soares (2006, pág. 137) explica que a ocupação

industrial segue em marcha para setores exteriores da Região Metropolitana. Há uma área de industrialização especialmente em Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul e Lajeado-estrela, centros urbanos tendendo a formar novas aglomerações. O eixo viário da BR-290 também se configura como área de assentamento industrial, especialmente a partir da instalação da fábrica da General Motors em Gravataí, e o mesmo vale para o pólo petroquímico de Triunfo. Em comparação ao modelo, não só há uma área industrial antiga degradada e com bairros precários partindo do centro e a indústria está mudando-se para a periferia, como também esta migração resulta em múltiplas áreas industriais periféricas.

A desindustrialização da metrópole ocorre junto à mudança do próprio foco da atividade econômica dominante, como em todas as grandes cidades sob a égide da globalização (De Mattos, 2006). Para Porto Alegre, Soares e Fedozzi (2016) explicam que “a indústria já não é mais o único motor econômico, a economia de serviços é fortemente dominante” e demonstram a mudanças com os dados do PIB e da composição da força de trabalho. Os autores concluem que “uma nova economia metropolitana está se constituindo, especialmente no núcleo da metrópole: os serviços avançados têm uma grande importância na economia de Porto Alegre” (SOARES e FEDOZZI, 2016, pág. 184). Essas mudanças na cidade de Porto Alegre também condizem com os processos globais explicados no referencial teórico e que dão origem ao novo modelo de cidade.

Concomitante a esse processo, como a outra parte da dualidade, o núcleo da metrópole reforça-se para atividades de gestão. De acordo com Soares (2006, pág 138), a maior internacionalização da economia nacional reforçou o papel de Porto Alegre como centro de gestão econômica e territorial e a territorialização de novos grupos empresariais de atuação global demandou a ampliação ou instalação de novos serviços para empresas. Desta maneira, surgiram espaços de gestão na metrópole, como o Edel Trade Center, a nova sede da Federação das Indústrias (FIERGS) numa região afastada, formando uma nova centralidade, um novo eixo viário preferencial para a construção de novos conjuntos de escritórios e hotéis internacionais na Avenida Carlos Gomes, conectada como parte da “Terceira Perimetral” ao aeroporto e aos bairros de classe média e alta da zona Sul. Vemos aqui a formação de ilhas comerciais na área central tradicional, em áreas periféricas formando novas centralidades e a configuração de um centro de negócios internacionais a partir de um novo eixo viário, transformando inclusive a denominação do centro tradicional para centro histórico.

Soares e Fedozzi (2006) apontam que a Região Metropolitana tem hoje uma estrutura muito mais complexa, com uma morfologia dispersa, multicêntrica. Há uma proliferação de empreendimentos residenciais privados nas áreas periféricas da metrópole, como no bairro Aberta dos Morros, transformando áreas rurais e pouco habitadas em novas áreas urbanas, caracterizando o fenômeno da dispersão urbana. Junto a esse número de condomínios e loteamentos, temos empreendimentos de luxo, de grande porte, voltados às classes abastadas, oferecendo, dentro de seus interiores murados, todas as atividades possíveis, como o Terraville e o Alphaville, além de “bairros” planejados como o Central Park e o América, ambos da empresa Rossi. Esses processos condizem com o modelo de cidade, na proliferação periférica de condomínios residenciais e recreacionais e nos “pueblos privados”, grandes empreendimentos de alto padrão com as funções de moradia, lazer e comércio internas.

Soares (2006, pág. 138) aponta que entre as novas centralidades destaca-se o shopping Iguatemi e todo o seu entorno, com o bairro planejado de alto padrão Jardim Europa e toda a valorização do eixo da Avenida Nilo Peçanha, abrigando também diversos empreendimentos comerciais. Destaca-se nesse processo o surgimento da mescla entre shopping centers comerciais e torres de escritório, fenômeno que ocorreu não só no shopping Iguatemi, mas também em outros estabelecimentos da cidade, como o Barra Shopping e o Praia de Belas shopping. Comparado ao modelo de cidade, não só temos novas centralidades como novos shoppings centers e torres empresariais acopladas a eles.

Ocorrem processos de valorização, através da gentrificação e renovação urbana, em áreas centrais e afastadas tradicionais. Entre as diversas operações para revitalizar o centro e atrair uma população afastada do mesmo, Soares (2006) destaca a restauração do Mercado Público, o Memorial do RS, Centro Cultural Santander e a transformação de uma antiga indústria no Shopping Total, além de processo de gentrificação em curso ou em potencial em outros bairros. Em outras áreas mais afastadas podemos citar a construção do museu Iberê Camargo, próximo ao complexo do shopping Barra e o projeto de revitalização do antigo distrito industrial. Vemos aqui as áreas de (re)valorização urbanas centrais, através de empreendimentos comerciais e residenciais públicos e privados, intercaladas com áreas precárias, processos também teorizados pelo novo modelo de cidade latino-americana.

Porto Alegre, assim como no modelo, possui ainda um eixo que se estende a partir do centro e é uma área tradicionalmente valorizada e que mantém essa característica. É o eixo da Avenida Independência e o amplo setor dos bairros de elite na porção norte-leste de Porto

Alegre, com os bairros Moinhos de Vento, Mont’ Serrat, Auxiliadora, Petrópolis, Bela Vista, Boa Vista, Chácara das Pedras, Três Figueiras, etc (SOARES; FEDOZZI, 2016).

Observamos ainda na cidade de Porto Alegre a construção de moradias populares, pelo governo ou por empresas, nas áreas afastadas e em áreas intermediárias entre o centro e a periferia. No bairro periférico Campo Novo, por exemplo, há vários condomínios sociais construídos para moradores de vilas removidos de outras partes da cidade e também condomínios à venda destinados a pessoas de baixo poder aquisitivo, muitas vezes auxiliadas pelo programa de financiamento popular Minha Casa, Minha Vida. Nas áreas intermediárias da cidade, entre o centro e a periferia, vemos o mesmo processo de moradias populares sociais e/ou com financiamento facilitado, como os condomínios Princesa Isabel e Bento Gonçalves, ambos respectivamente no início e no meio da Avenida Bento Gonçalves.

Assim como no novo modelo de cidade latino-americana, os processos de reestruturação urbana na cidade de Porto Alegre ocorrem condicionados à e condicionam a estrutura viária. A expansão urbana e as atuais formas de viver no espaço urbano estão atreladas às vias rodoviárias e ao automóvel particular, dado as novas distâncias e localizações e ao próprio modelo de transporte brasileiro. Dessa maneira, a implantação e reforma de importantes vias artérias aconteceram em Porto Alegre, como a “Terceira Perimetral”, as obras viárias do entorno do estádio Beira-Rio e a renovação de tradicionais avenidas como a Protásio Alves, etc.

Esses processos, embora advindos dos impactos socioespaciais da globalização econômica, podem ser vistos como frutos também do planejamento urbano da cidade. O novo plano diretor do município (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA) promulgado em 1996 tinha a intenção de instaurar um novo modelo espacial de cidade, densificada, miscigenada e policêntrica (SOARES, 2006). Embora não necessariamente tenha conseguido alcançar todos os seus objetivos, sem dúvida vemos elementos dos processos de reestruturação urbana vigentes, como a policentralidade, o macrozoneamento condicionante a edifícios de alto padrão na zona densificada e a expansão urbana na zona periférica, tudo sempre estruturado a partir das macrozonas e das grandes vias arteriais, como a Avenida Bento Gonçalves, a Avenida Assis Brasil e a Avenida Protásio Alves como corredores de centralidade.

Considerações Finais

Porto Alegre possui, a princípio, muitos dos traços teorizados pelo novo modelo de cidade latino-americana e explicados a partir de processos da globalização econômica: um centro mesclando espaços precários e desvalorizados junto a áreas de gentrificação e revalorização, ao mesmo tempo em que mantém uma área tradicionalmente das elites partindo do centro; desindustrialização massiva das áreas tradicionais levando-as à precarização e um reindustrialização em áreas periféricas ou em outras cidades; foco da metrópole da função de gestão, levando ao surgimento de grandes prédios empresariais, criando um verdadeiro centro de negócios; condomínios verticais de alto padrão nas áreas já densificadas; dispersão urbana a partir da procura das classes médias e altas por novos tipos de moradias em empreendimentos privados e restritos em áreas afastadas; expansão também das funções comerciais e de lazer acompanhando as funções de moradia; empreendimentos de luxo de grande porte com todas as funções urbanas na sua área interna; construção de moradias sociais em áreas periféricas ou intermediárias por programas governamentais ou financiamentos facilitados; policentralidade criada por todas essas novas formas e locais de ocupação e produção do espaço urbano; tudo isso estruturado por grandes vias rodoviárias arteriais e pelo planejamento urbano do Plano Diretor.

Os próximos passos desta pesquisa consistem justamente em por essas elaborações teóricas à prova, averiguando se essas transformações urbanas de Porto Alegre são, como os primeiros indícios apontam, fruto dos processos de reestruturação urbana global dessa nova fase da modernização capitalista. Para isso, devem ser realizadas saídas de campo a locais selecionados nos quais estes processos estão acontecendo e podem ser avaliados, com registros fotográficos, entrevistas com usuários, gestores e investidores e também com análise da formação espacial desses elementos. Dessa maneira, esperamos, confirmado ou negando a nossa hipótese, contribuir para o debate sobre a atual metropolização contemporânea.

Esse debate é importante primeiramente porque é mister entender o processo de urbanização capitalista atual, o qual tem características tão distintas da fase anterior, para qualquer tentativa de intervenção sobre o espaço urbano. Além disso, como um dos motores é a globalização em si, compreender o caráter global da urbanização torna-se cada vez mais crucial. Não é só que a globalização teria a tendência de repetir processos em diferentes lugares distintos devido ao seu alcance, mas a própria intenção do capital cada vez mais internacional de se reproduzir o máximo possível, buscando para tanto expandir-se para todos os espaços, sejam eles físicos ou abstratos. Há, nas palavras de Ferreira (2014, pág. 42), um jogo entre apropriação e dominação do espaço.

Referências bibliográficas

- ASCHER, François. **Os novos princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010
- BORSODORF, Axel. **Como modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana**. Santiago: Eure, 2003, vol. 29, n. 86, PP. 37-49.
- DAVIS, Mike. **City of Quartz: excavating the future in LA**. New York: Verso, 1990.
- DEAR, Micheal. **The Postmodern Urban Condition**. Malden, MA: Blackwell, 2000
- DEMATTEIS, Giuseppe. **Suburbanização e periurbanização. Cidades anglo-saxônicas e cidades latinas**. In: MONCLÚS, Francisco Javier (ed). *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, p. 1-34, 1998
- DE MATTOS, Carlos A. **Metropolización y suburbanización**. Eure (Santiago) v.27 n80, 2001.
- DE MATTOS, Carlos A. **Modernización capitalista y transformación metropolitana em América Latina: cinco tendencias constitutivas**. In: GERAIGES, Amália Inês; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo: Diciembre, 2006. p.41-73.
- DE MATTOS, Carlos A. **Globalización y metamorfosis metropolitana em America Latina. De la cidade a lo urbano generalizado**. Revista de Geografia Norte Grande, 47; 81-104(2010)
- FERREIRA, Álvaro. **A Cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- HIDALGO, Rodrigo; TRUMPER, Ricardo; BORSODORF, Axel. **El nuevo dibujo de La ciudad latinoamericana**. In: HIDALGO, Rodrigo; TRUMPER, Ricardo; BORSODORF, Axel. *Transformaciones urbanas y procesos territoriales. Lecturas del nuevo dibujo de la ciudad latinoamericana*. Santiago: Instituto de Geografía de la Pontificia Universidad Católica de Chile, 2005.
- HIDALGO, Rodrigo; JANOSCHKA, Michael. **La Ciudad Neoliberal: Gentrificación y exclusión en Santiago de Chile, Buenos Aires, Ciudad de México y Madrid**. Santiago do Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2014.
- JANOSCHKA, Michael. **El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentación y privatización**. Santiago: Eure, 2002, vol.28, n.85, pp.11-20.
- JANOSCHKA, Michael. **El modelo de ciudad latinoamericana. Privatización y fragmentación Del espacio urbano de Buenos Aires: El caso Nordelta**. In: WELCH, Max. *Buenos Aires a la deriva*. Transformaciones Urbana Recientes. Buenos Aires: Biblos, 2006.
- JANOSCHKA, Michael. **Conferência Flacso**. Disponível em <<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AAAdq5DyfLDr0TE&id=FC927A3F9E461010%21331&cid=FC927A3F9E461010>>, acessado às 14:23 de 15/03/2019. Equador, 2018.
- MÉNDEZ Gutiérrez del Valle, Ricardo, **Metrópolis en la globalización neoliberal e impacto de su crisis**. Revista de Ciencias Sociales, segunda época, año 6, Nº 25, Bernal, Editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, otoño de 2014, pp. 45-67, edición digital, <<http://www.unq.edu.ar/catalogo/330-revista-de-ciencias-sociales-n-25.php>>.
- MONCLÚS, Francisco Javier. **“Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico-urbanísticas”**. In: MONCLÚS, Francisco Javier (org.) *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998, p. 143-167.

RIBEIRO, Luiz César Queiróz. **A METRÓPOLE E O DIREITO À CIDADE NA INFLEXÃO DA ORDEM URBANA BRASILEIRA: desafios do desenvolvimento e da governança no capitalismo.** In.: Palestra de abertura Congresso 20 anos observatório das metrópoles. Rio de Janeiro, 2018

RUFÍ, Vicente. **¿Nuevas palabras, nuevas ciudades?**. Revista de Geografía, n.2, p.79-103, 2003.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Novas territorialidades e novos discursos sobre a dispersão e a concentração urbanas.** In.: Anais do I seminário Nacional sobre múltiplas territorialidades. Canoas, 2014.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Metamorfoses da Metrôpole Contemporânea: considerações sobre Porto Alegre.** In.: GEOUSP. Espaço e Tempo. São Paulo. n.20. p.129-143, 2006.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. ; FEDOZZI, Luciano . **Porto Alegre e sua região metropolitana no contexto das contradições da metropolização brasileira contemporânea.** Sociologias (UFRGS), v. 18, p. 162-197, 2016.

SOJA, Edward. **Seis discursos sobre la Post-metrópolis.** Urban, Madrid, n.2, p. 37-50, 1998.

SOJA, MORALES E WOLFF. **Urban Reestructuring: An Analysis of Social and Spatial Change in Los Angeles.** Economic Geography 59, 195-230, 1983.